

UMA ANÁLISE INICIAL SOBRE A ERA IMPERIAL BRASILEIRA E A GÊNESE DO MERCADO EM UMA SOCIEDADE MOLDADA PELO SISTEMA ESCRAVOCRATA

Data de aceite: 01/09/2023

Ronaldo Raemy Rangel

<http://lattes.cnpq.br/0568681030105027>

Paulo Rogério Alves Brene

<http://lattes.cnpq.br/5768835209755213>

Luan Vinicius Bernardelli

<http://lattes.cnpq.br/2729835918080637>

das transformações sociais empreendidas por sociedades que colhiam os frutos da Revolução Industrial, simultaneamente testemunhando o emergir de novas configurações nas relações sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Império. Autoridade. Elite. Sociedade

RESUMO: O presente estudo visa a debater a função desempenhada por um grupo específico dentro das elites no contexto do Império. Trata-se de um grupo integrante da elite hegemônica do país que se destaca pelo seu elevado grau de instrução, profundo embasamento cultural e, primordialmente, pela sua assídua interação com as sociedades já submetidas aos padrões da Revolução Industrial. De um lado, esse segmento, como componente da elite econômica, adotou uma abordagem pragmática direcionada à instauração de um Estado que se convertesse em um ator de destaque, a serviço dos interesses dos produtores vinculados ao paradigma econômico escravocrata-agrário-exportador. De outra perspectiva, ele assimilou uma visão humanista, intrinsecamente ligada à sua apreensão

AN INITIAL ANALYSIS OF THE BRAZILIAN IMPERIAL ERA AND THE GENESIS OF THE MARKET IN A SOCIETY MOLDED BY THE SLAVE SYSTEM

ABSTRACT: The present study aims to discuss the role played by a specific group within the elites in the context of the Empire. This is a group that forms part of the country's hegemonic elite, which stands out for its high level of education, deep cultural background and, primarily, for its assiduous interaction with societies already subjected to the standards of the Industrial Revolution. On the one hand, this segment, as a component of the economic elite, adopted a pragmatic approach aimed at establishing a State that would become a prominent actor, serving the interests of producers linked to the slave-agrarian-exporting economic paradigm. From another perspective,

he assimilated a humanist vision, intrinsically linked to his apprehension of the social transformations undertaken by societies that reaped the fruits of the Industrial Revolution, simultaneously witnessing the emergence of new configurations in social relations.

KEYWORDS: Empire. Authority. Elite. Society

1 | INTRODUÇÃO

Diversas abordagens metodológicas se apresentam como viáveis no escopo do estudo do período do Brasil Imperial. Entre essas alternativas, destaca-se a possibilidade de abordar a temática por meio de análises biográficas centradas nos indivíduos eruditos e instruídos que compunham a elite da época, assim como faz Otávio Tarquínio de Souza, nos diversos volumes de História dos Fundadores do Império do Brasil (1957), ou por meio dos movimentos políticos que protagonizaram, bem como a partir de sua influência no estabelecimento do *status quo* que vigorou durante boa parte do século XIX no Brasil, tal qual nos apresenta João Camilo de Oliveira Torres em “Os Construtores do Império” (1968)¹. Além desses, seria possível se valer de autores como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Oliveira Viana, Florestan Fernandes, entre outros, unanimemente considerados os grandes pensadores sobre a formação do país.

A partir da apresentação anterior, o presente trabalho tem por objetivo apresentar alguns aspectos econômicos, sociais e demográficos do Brasil imperial a partir de uma revisão sistemática de autores com diversas matizes de pensamento e pertencentes a inúmeras gerações de intelectuais brasileiros. O caminho metodológico escolhido pelo presente texto tem por base o trabalho de Hartung et. al. (2008), em que, após levantamento de vários trabalhos relevantes sobre um tema, este método identifica, seleciona e avalia criticamente tais trabalhos, transformando as conclusões ou teses individuais por eles levantadas em uma única conclusão ou em uma única tese argumentativa.

O critério utilizado para definir “trabalhos relevantes” aptos para a revisão sistemática foi o impacto que tais publicações provocaram à época de seus lançamentos, assim como o número de citações que continuam recebendo hoje. É o caso de Casa-Grande & Senzala, de Gilberto Freyre (originalmente editado em 1933), O Capitalismo Tardio (1982), de João Manuel Cardoso de Mello, A Formação das Almas (1990), de José Murilo de Carvalho, O Tempo Saquarema (1987), de Ilmar Mattos, e Formação Econômica do Brasil, de Celso Furtado (primeira edição em 1958), apenas para citar alguns.

Pelo exposto, ao rever obras relevantes, o presente artigo assume um caráter exploratório. Sabe-se que a característica determinante das técnicas exploratórias é permitir ao pesquisador aumentar sua experiência em torno do tema estudado, esclarecendo questões e desenvolvendo ideias com vistas à formulação de abordagens mais condizentes

¹ Oliveira Torres trata da questão da elite em diversos momentos de sua vasta obra, entretanto, a expressão “Construtores do Império”, título de um de seus livros, passa a ser utilizada por outros autores como adjetivo de segmentos destacáveis da elite imperial em vários trabalhos, notadamente nos anos 1970.

e aprofundadas.

Para atingir o objetivo proposto, este trabalho está dividido em quatro seções, além desta introdução. A primeira seção é destinada ao entendimento geral sobre a formação das elites brasileiras, que evoluíram e se firmaram como classe dominante pelo binômio trabalho escravo e propriedade da terra. A segunda seção, por sua vez, tratará do papel da chegada da família real na alteração da situação descrita na seção anterior, pois possibilita a constituição de um segmento econômico local relevante, que mescla sua ação em atividades mercantis e sua evolução para o envolvimento brasileiro na revolução industrial. As questões que envolvem constituição gradual de um novo mercado (em termos de diferenciação) e uma nova divisão do trabalho serão apresentadas na terceira seção; a quarta e última seção é destinada às conclusões.

2 | O PERÍODO IMPERIAL E SUA CLASSE DOMINANTE

Inicialmente, cabe destacar dois aspectos relevantes na composição dos quadros da elite imperial: por um lado, a elite no Império empreendeu o movimento civilizatório que encontrava eco em indivíduos que não faziam parte de grupos da plutocracia (pequenos comerciantes, mestres-escolas, servidores públicos etc.); por outro, já que as ideias e proposições elaboradas por esses indivíduos não abastados eram acolhidas, pode-se admitir que aquele grupo da elite, interessado em estabelecer e difundir os conceitos de ordem e civilização, de fato começava a “negociar” com outros grupamentos sociais, iniciando, mesmo que embrionariamente, a constituição de uma elite desvinculada (ou não necessariamente vinculada) da riqueza derivada da atividade agrária mercantil-escravista e da construção de um grupo social intermediário em termos de interesse e que, em breve, se transformaria em um grupo intermediário de poder (FURTADO, 2003).

Em verdade, a questão do surgimento de um grupo intermediário de poder é um fenômeno social relevante da segunda metade do século XIX. Se tomar a obra maior, *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre (2003), é possível lembrar que, para o autor, a colonização brasileira nas primeiras décadas do século XVI não se deu pela ação do Estado português, mas pela iniciativa particular; indo além, Freyre afirma que foi a família o grande fator colonizador do país. Desta maneira, Freyre nos alerta para o fato de que:

[...] a família colonial reuniu sobre a base econômica da riqueza agrícola e do trabalho escravo, uma variedade de funções sociais e econômicas. Inclusive, como já insinuamos, a do mando político: o oligarquismo e o nepotismo que aqui madrugou. (FREYRE, 2003, p. 85).

Assim, pode-se considerar que, desde os primórdios da colonização, não só se estabeleceu no país um modo de produção escravocrata–agrário–exportador, como também um padrão ou um regime de acumulação que definiu uma estrutura social atípica (para regiões de colônias hispano-portuguesas), levando à mecânica de consolidação das

elites brasileiras e que perdurou até o século XIX (FURTADO, 2003).

Nesse contexto, aceita-se, então, que desde os primeiros anos do século XVI, as elites brasileiras, estruturadas pela lógica das famílias, tivessem, como ensina Freyre (2003), caráter transitório ou permanente e – independentemente de serem locais, regionais ou nacionais – evoluíram e se firmaram como classe dominante pelo binômio trabalho escravo e propriedade da terra. De fato, suas formas de capital e fonte de riqueza, as quais, associadas (com maior ou menor intensidade) à possibilidade de intervir ou, ao menos, influir nas ações e políticas de governo, garantiam-lhes a perenidade da reprodução e acumulação de capital e, por conseguinte, a manutenção de sua preeminência como classe.

3 I A TRANSFORMAÇÃO DA COLÔNIA EM METRÓPOLE

Parte desse quadro acima descrito, no entanto, se altera drasticamente quando da chegada da família real portuguesa à cidade do Rio de Janeiro em 1808², pois, como atesta Maria Odila Dias (2005), esse é um momento de inflexão da trajetória brasileira, dada pela chamada inversão metropolitana.

Entretanto, para os fins propostos, limitamo-nos a apontar apenas dois aspectos fundamentais que se estabelecem no país, os quais impõem a adaptação das elites locais e que definem suas novas características. O primeiro diz respeito à autonomia que a cidade do Rio de Janeiro passa a construir, dado o fato, sem precedentes, de a cidade portuária na colônia se transformar em metrópole e tornar-se sua sede do reino de Portugal, o que por si só colocou as elites locais em condição mais destacada dentro dos domínios lusitanos.

O segundo está relacionado à abertura dos portos³ e, conseqüentemente, à expansão das atividades comerciais e de prestação de serviços delas derivadas, uma vez que, desde então, a cidade se transforma no grande entreposto do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, movimentando uma enormidade de produtos diversificados. Associado a esse processo, a ordem estabelecida por D. João, príncipe regente, desenvolve um conjunto de ações institucionais e infra estruturais com o objetivo de atender e agilizar os interesses do comércio.

Com efeito, entre 1808 e 1820, há registros de 73 atos, entre eles, alvarás, decretos ou cartas régias (SIMONSEN, 1977, pp. 458-461) que, gradativamente, abandonam as restrições dos comerciantes locais, afastando-os da condição dependente e enfraquecida de colonos e colocando-os em posição privilegiada no processo que se estabelece, obrigando os grupos hegemônicos locais a se adaptarem a novas condições econômicas ou, se preferirmos, ao embrião de um mercado que começa a se formar.

2 Por não aderir ao bloqueio continental imposto por Napoleão, Portugal foi invadido pela França e a família real portuguesa transferiu-se para o Brasil sua colônia. Chegando em Salvador, pouco depois fixou-se no Rio de Janeiro, que passa a ser capital e sede do reino português.

3 O Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas foi promulgado no dia 28 de janeiro de 1808, imediatamente após ao desembarque da família real portuguesa na cidade de Salvador

Para a melhor compreensão desse fenômeno de mudança, valemo-nos da linha de argumentação de Carlos Lessa (2000), que destaca, ao tratar do Rio de Janeiro, que no final do século XVI a cidade era pouco mais que uma guarnição militar, sendo sua localização geográfica e, principalmente, sua potencialidade portuária as únicas razões de seu estabelecimento. De fato, o autor lembra que a própria fundação da cidade se deu pela necessidade de proteger a Baía de Guanabara da incursão francesa. Desde então, o Rio de Janeiro passa a ter papel fundamental nas rotas comerciais de Portugal.

Nesses termos, ainda segundo Lessa (2000), e por motivos evidentes, desde sua criação, a cidade passou a ter papel cada vez relevante na triangulação entre Lisboa e seus outros pontos de interesse comercial. Assim, aos poucos, o Rio de Janeiro foi forjando sua identidade como elemento da lógica de comercialização portuguesa, o que obrigou ou possibilitou a ampliação gradual de sua estrutura de serviços, em algum sentido, gerando e fortalecendo a pequena burguesia plutocrática mercantil lá existente:

Na cidade – epicentro de um sistema de circulação e distribuição – tendem a concentrar-se a riqueza, a renda e os serviços mais avançados. No interior da cidade há sempre a diversificação das atividades produtivas. Nela se robustecem os trabalhos logísticos. Nela desenvolvem-se e localizam-se os serviços para o conjunto de cidades integradas na rede. Estrutura-se a presença do artesanato sofisticado e surge uma poeira de ensaios manufatureiros. Na medida que progride o crescimento urbano, a troca mercantil se amplifica. (LESSA, 2000, p. 147).

Entretanto, caso seja plausível aceitar que no período colonial a interdependência produtiva não era necessariamente sinérgica, a chegada da família real altera essa situação, pois possibilita a constituição de um segmento econômico local relevante, que mescla sua ação em atividades mercantis (já que passam a ser polo de uma malha de comércio internacional), atuando, então, simultaneamente, como agente de viabilização não só da comercialização como também do financiamento da produção agrícola.

Como se sabe, o “regime do exclusivo metropolitano” é a base do pacto colonial, atuando como um mecanismo de monopólio comercial que era fundamental no sistema colonial, pois garantia a transferência para a metrópole dos excedentes (sob a forma de lucro do capital mercantil) obtidos por meio da comercialização dos produtos coloniais no mercado mundial. De fato, a empreitada colonial portuguesa no Brasil, até aquele momento, visava à apropriação rápida de grandes excedentes, obrigando que a economia colonial não só se estruturasse sobre a base do latifúndio monocultor como adotasse formas de trabalho compulsório, criando um padrão mercantil-escravista o qual forçava a colônia a estabelecer um setor de subsistência, visando a baixar o custo da manutenção da força de trabalho escravizada, o que permitia a reprodução de todo o sistema e possibilitava que a fração do excedente que permanecia na colônia se concentrasse nas mãos da pequena camada senhorial.

Porém, a vinda da corte de Portugal para o Rio de Janeiro introduziu novas

relações de produção, inclusive, mesmo que de forma rudimentar, o incremento de atividades econômicas típicas da vida urbana, sendo estas bem mais modernas que as aqui existentes, exigindo o convívio entre uma economia escravocrata-agrário-exportadora com uma estrutura (para os padrões da época) relativamente moderna de comercialização (FURTADO, 2003).

Tal fenômeno se explica pelo fato de que o modelo agrário escravista-exportador pôde se beneficiar das condições da Revolução Industrial, já que, segundo João Manuel Cardoso de Mello (1982), por suas características, seria possível o ingresso brasileiro na Revolução Industrial, mesmo sem industrialização, sem trabalho assalariado ou introdução de máquinas; pelo contrário, mantendo a base agrícola exportadora e o trabalho escravo, uma vez que as condições impostas pela Revolução Industrial para países como o Brasil diziam respeito tão somente ao estabelecimento de uma nova divisão internacional do trabalho em que economias periféricas, como a brasileira, precisariam se modernizar para garantir sua participação nos novos fluxos de matérias-primas requeridas por um processo de acumulação que, à época, capitaneado pela Inglaterra, ganhava escala mundial.

Vale destacar, independentemente de juízo de valor, que, em termos meramente conceituais, a escravidão localizada não é, de fato, incompatível com o modo de produção capitalista, pois o critério para se reconhecer um modo de produção escravista não está no número de escravos, mas em sua posição econômica, isto é, na medida em que as classes dominantes deles dependem para assegurar sua riqueza e, com efeito, ao menos por algum espaço de tempo, o regime escravista possibilitava a materialização, em escala, dos citados fluxos de matérias-primas. De toda sorte, reside aqui uma questão central para nossa interpretação, já que “realmente não é obvio que a escravidão seja apenas uma relação de produção” (ALBUQUERQUE, 1978, p. 106) e como “na plantação, o valor é predominantemente do escravo que se metamorfoseia em outras formas de riqueza: a patrimonial, que é a própria plantação; e a mercantil, o café pronto para a comercialização” (ibidem, p. 107), pode-se afirmar que há, em verdade, uma vulnerabilidade intrínseca e peculiar ao sistema de produção escravista, que só pode ser sanada no bojo de uma sociedade hierárquica e erguida pela lógica do consenso (MATTOS, 1987).

Não se pode deixar de observar que se o escravismo não é, de fato, conflitante com o modo de produção capitalista (PIRES; COSTA, 2000), ele é, sim, incompatível com a forma de desenvolvimento do capitalismo e, portanto, inviável e irremediavelmente fadado ao desaparecimento, o que implica que a classe dominante – no conceito de classe economicamente dominante – para manter e reproduzir não só o modo de produção, como também o formato de sociedade existente no escravismo, necessitava exercer algum poder de Estado ou, se preferirmos, de domínio político, o que explica a formação de um Império centralizador.

Outro aspecto relevante, que é lembrado por Cardoso de Mello (1982), diz respeito à importância do capital mercantil no financiamento da indústria. Destaque-se, para o fim

a que se propõem este trabalho, o que se aprende do professor João Manuel Cardoso de Mello é que a estrutura econômica brasileira do período forma nas bases do tráfico negreiro o capital mercantil, que financiava a plantação ou como casas comissárias (que atuavam como bancos regionais) ou assumindo diretamente o plantio, o que, inegavelmente, não só gerou o progresso da atividade cafeeira como, em algum sentido, remeteu o país para o mundo da divisão internacional do trabalho e da revolução industrial, sem, contudo, ser uma “revolução produtiva”, pelo contrário, de fato, foi uma “*não revolução*”, em que o dinamismo do sistema dependia da oferta regular e contínua de escravos.

Para comprovar o presente argumento, vale mencionar que: “A despeito dos elevados impostos instituídos, então para conter o tráfico, o número de escravos na província do Rio de Janeiro passou de 119 mil, em 1844, para 370 mil em 1877” (BENCHIMOL, 1953, p. 43).

Ao largo da oferta regular de escravos, é importante para os argumentos apresentado por Cardoso de Mello o momento em que as citadas transformações ocorriam. Vivenciava-se uma ocasião peculiar em que, no plano mundial, em vários setores fundamentais, inclusive de bens de produção, predominavam escalas de produção elevadas e estruturas de mercado oligopolizadas. Tais aspectos colocavam em foco problemas quanto à centralização dos capitais necessários, à obtenção de tecnologia e à concentração dos mercados.

Pode-se aceitar, então, que a industrialização, provavelmente, não poderia se fazer sem a intervenção do Estado, articulando os interesses e atraindo tecnologia e capital necessários, visto que os principais determinantes da dinâmica econômica são o investimento e o progresso técnico. Mas, acima de tudo ou apesar de tudo, a economia brasileira avançava paulatinamente, posto que o envolvimento brasileiro na revolução industrial que, como apresentado, ocorreu sem industrialização, sem trabalho assalariado e sem modernização tecnológica ou implantação de máquinas, não impediu que a economia cafeeira se intensificasse no terceiro quartel do século XIX.

Graças ao café, o Brasil manteve suas exportações elevadas, cujo volume físico na primeira década do período cresceu em 214%, enquanto o preço médio da pauta crescia quase 50%, de tal sorte que o superávit comercial se avolumou, empurrando a produção nacional que ascende de 50 para 500 mil contos do início ao fim da monarquia. Vale destacar o crescimento da economia cafeeira, que em 1821 gerou a exportação de 129 mil sacas, saltando para 1.383 mil sacas em 1840 (LESSA, 2000).

Para além dos volumes produzidos, o café possibilitou crescimento da renda, não só para a região cafeeira, como para o país como um todo. Celso Furtado (2003) estimou um crescimento de 2,3% da renda per capita da região cafeeira na segunda metade do século, e uma taxa de 1,5% ao ano para o restante do país. Tal fenômeno, guardadas as devidas e necessárias restrições para o caso de um país essencialmente agrícola, deu-se acompanhado pela relativa expansão do setor manufatureiro, que em muito se deveu ao estabelecimento de políticas tarifárias protecionistas. Não sem motivo Caio Prado Jr. nos

alerta que:

No Brasil inaugura-se um novo plano que desconhecera no passado, e nascia para ávida moderna de atividades financeiras. Um incipiente capitalismo dava aqui seus primeiros e modestos passos. A incorporação das primeiras companhias e sociedades, com seu ritmo acelerado e apesar dos exageros e de certo artificialismo, assimila assim mesmo o início de um processo de concentração de capitais que embora ainda acanhado representa ponto de partida para uma nova fase inteiramente nova. (PRADO JR., 2008, p.193).

4 | UMA SUTIL ALTERAÇÃO NAS DINÂMICAS MERCANTIS E ESCRAVISTAS

Os anos de prosperidade econômica, ao estabelecer novas e bem-sucedidas condições econômicas, começam a criar relações sociais de produção que se distanciam das relações típicas e que davam forma à agricultura mercantil-escravista; novos atores entram em cena e mesmo os atores já existentes consolidam seu papel e passam a ganhar relevância. Assim, os centros urbanos, notadamente a cidade do Rio de Janeiro, metrópole e grande empório do comércio de café, modernizou-se rapidamente, ampliando o mercado de consumo interno, até então incipiente, conferindo prestígio à burguesia urbana que nela operava.

Inicia-se, portanto, mais que uma transformação social. Constitui-se gradualmente um novo mercado (em termos de diferenciação) e uma nova divisão do trabalho, que a propósito se intensifica com a promulgação da lei Eusébio de Queirós, que em 1850 aboliu o tráfico negreiro, liberando capitais para outras atividades, o que estimulou ainda mais os negócios urbanos no Brasil e, principalmente, obrigou a implantação do trabalho assalariado em diversas regiões do país e nos mais diversos campos de atividades, inclusive na indústria de café, mormente, no oeste paulista.

Em verdade, é um período em que dois fatores são marcantes e, em certo sentido, caracterizam a economia da época: o aumento da importância relativa do trabalho assalariado (notadamente de imigrantes) e a gestação do mercado interno.

A Lei do Ventre Livre (Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871), sancionada pela Princesa Isabel, regente do Império, estabeleceu que ninguém mais nasceria escravo no Brasil, gerando uma importância ainda maior para o trabalho assalariado (CARNEIRO, 1980). No entanto, em 1872, relevante parte da população ainda era escrava, mais especificamente a população do Brasil, de acordo com o Censo Demográfico (1872), era de 9.930.478, sendo 1.510.806 escrava (15,21%). A maioria da população era composta por lavradores (3.037.466) ou atuavam em serviços domésticos (1.045.615) (IBGE, 2022).

Frente a essas novas condições, o país como um todo cresceu e diversas atividades ganharam robustez, entre elas a fabril, aquelas ligadas à comercialização e mesmo as financeiras, o que fez expandir mais ainda o mercado interno de consumo assalariado e o poder econômico da burguesia urbana brasileira.

Entretanto, na economia brasileira oitocentista, com importações elevadas, o desequilíbrio do balanço comercial agravava-se nas baixas repentinas dos preços das matérias-primas fornecidas ao mercado internacional. Contudo, com a expiração do Tratado de Comércio⁴ em 1844, o governo imperial conseguiu adotar uma nova política, baseada em tarifas que protegessem a implantação de indústrias locais (que ficaram conhecidas como tarifas Alves Branco), além de promover uma série de reformas tributárias ao longo das décadas 1850-60. Essas reformas reduziram os impostos de exportação, aumentaram os de importação e remodelaram outras cobranças, o que, associado ao crescimento da economia cafeeira não só permitiu a implantação de novos setores produtivos como, também, o aumento de arrecadação do Estado e, conseqüentemente, a estabilidade das instituições. Em verdade, o período é marcado por uma significativa tranquilidade política, sendo que o fim dos conflitos ou revoltas⁵ e a organização do parlamentarismo (mesmo que às avessas⁶) foram os principais agentes dessa estabilidade.

Por seu turno, a consolidação econômica no período possibilitou concomitantemente um processo de modernização da estrutura administrativa da máquina pública e a implementação de uma política de Estado na qual as reformas jurídicas e institucionais ganharam destaque, sendo, por exemplo, que a partir da adoção do Código Comercial, em 1850, foi possível melhor organizar o setor produtivo e tornar mais dinâmica a economia brasileira a par de dotar de maior racionalidade e segurança as atividades.

Em um contexto mais amplo de mudanças institucionais, duas leis merecem destaque e terão importância ímpar no embrião da lógica capitalista que se inicia: a Lei de Terras (de 1850) e a Lei Hipotecária (de 1864), pois:

A Lei de Terras foi um fator importante para a transformação da propriedade da terra seguindo os critérios capitalistas (...) Foi introduzido, então, nas transações de aquisição de uma propriedade rural o valor monetário (...) Com essa transformação mudava também a mentalidade do proprietário rural. Com a Lei Hipotecária de 24/09/1864, completava-se a inserção da terra no cenário comercial, pois dava aos grandes proprietários a condição necessária para a aquisição de empréstimos para a expansão de suas lavouras e para tornar a sua terra produtiva, além de garantir os interesses de seus financiadores (...) Desta forma, o latifúndio cafeeiro foi se organizando em bases capitalistas. (AQUINO et alii, 2006, pp. 551-552).

Porém, o apogeu do período começa a declinar com o abalo provocado pelas quebras no comércio e na indústria em 1856. Cabe observar que há várias interpretações sobre a origem da crise, contudo, para os fins aqui propostos, podemos apenas lembrar

4 Assinado em 1820 e renovado em 1827 o Tratado de Comércio garantia vantagens tributárias para as mercadorias britânicas, dentre outras, a exclusão das manufaturas inglesas das tarifas alfandegárias de 24% *ad valorem*, estabelecidas por decreto de 30 de dezembro de 1822.

5 Cabanagem (1835-40); Sabinada (1837-38); Baianada (1838-40); Malês (1835) e Guerra dos Farrapos (1835-45)

6 Adotado em 1847, criando o cargo de presidente do Conselho de Ministros (equivalente a Primeiro-Ministro), o parlamentarismo brasileiro não se constituiu nos moldes da prática parlamentarista tradicional, na qual o Poder Legislativo controlava o Executivo. Ao contrário, aqui o ministério se ligava diretamente ao Poder Moderador, a quem prestava contas, e o legislativo pouco ou nada podia em termos de controle do Gabinete. Por esse motivo, a prática adotada no Brasil ganhou o nome de *parlamentarismo às avessas*.

como certo que, nos meses que antecederam setembro de 1864, o café havia caído 15 pontos nas Bolsas de Mercadoria de Londres e Nova Iorque e o açúcar, mais de 30. O câmbio, contudo, manteve-se estável e o governo tinha definido os limites do socorro tecnicamente possível de ser prestado pelo Banco do Brasil, sendo que algumas casas bancárias já o haviam ultrapassado. Uma delas, a Antônio José Alves Souto & Cia, das mais importantes do país, não pôde mais honrar os saques e fechou suas portas no dia 10 de setembro de 1864⁷.

Para evitar falências em cascata, o governo decretou a suspensão por 60 dias de todos os vencimentos, além de dar curso forçado às cédulas emitidas pelo Banco do Brasil. Mesmo assim, a falência do Souto foi a primeira de várias que se sucederam até março de 1865. Houve queda do movimento comercial, baixa dos valores dos imóveis e nas cotações das ações de companhias, inclusive das ações do Banco do Brasil, além do aumento extraordinário da circulação fiduciária.

De fato, a “quebra do Souto” foi o prenúncio de outras crises que viriam. Em maio de 1875, novamente se deteriora a situação financeira e, desta vez, ameaça o país inteiro. O Banco Mauá-MacGregor entra em moratória, na sequência o Banco Nacional suspende os pagamentos, e finalmente, o Banco Alemão também se vê obrigado a fechar as portas. Como vimos, os bancos da época estavam ligados ao monopólio comercial (como era o caso da Casa Souto) ou ao esboço de indústria manufatureira existente no país (como o Mauá-MacGregor), pode-se supor, nesse sentido, que a crise e a insolvência se propagaram, impactando os tradicionais produtores agrícolas.

Tal momento de crise se agrava pela dificuldade da elite econômica cafeeira tradicional que, como indústria, durante décadas, havia burlado, sempre com sucesso, as restrições e a situação de grande endividamento, sendo certo que se financiava pela lógica de geração de valor no escravismo. De fato, como padrão de conduta não se havia modernizado a lavoura cafeeira que, mesmo diante de queda de produtividade, buscava recursos para diminuir posições passivas.

Em sentido oposto, é importante destacar que, concomitantemente a todo esse processo, pouco antes desse período de crise, teve início a expansão de atividades mais modernas e rentáveis oriundas da emergência do setor industrial, de serviços e de comércio voltado ao ambiente urbano, o que firmou um novo segmento da elite com características próprias e distintas dos cafeeiros tradicionais:

Embora, como grupo, (...) não foi uma classe homogênea. Continha uma elite de funcionários públicos, médicos, advogados, professores, padres, oficiais militares e uma grande classe mercantil, que eram ricos mesmo pelos padrões dos mais ricos lavradores e fazendeiros. (...) Muitos deles, provavelmente também possuíam terras mas sua profissão principal não era a agricultura. (LUNA, 2005, p. 228).

⁷ A importância da Casa Bancária era tanta que sua falência ficou famosa na história econômica brasileira, conhecida como a “quebra do Souto”.

Assim, podemos considerar que a transição das relações sociais erguidas pelo consenso começa a migrar para uma sociedade fundada no conflito de interesse, típico das relações de produção baseadas no capital industrial, que altera radicalmente a forma de subsunção do trabalho.

Desta maneira, seja por dimensões objetivas ou subjetivas, o efeito das transformações é que um novo segmento da elite assume que novos conceitos de *ordem* e *civilização* devem ser engendrados, entretanto, passa a estar focada numa sociedade erguida pelo *conflito* que se tipifica não só em um sistema de produção, mas também pelo projeto modernizador e civilizatório da sociedade.

5 | CONCLUSÃO

Entende-se que a análise apresentada permite ponderar que as ações praticadas por alguns da elite imperial tinham objetivos claros, no sentido de estabelecer ou difundir padrões de sociabilidade, buscando transformações na lógica social brasileira que, após a Independência, vivenciava uma realidade dual ou antagônica, pois, ao mesmo tempo em que preservava aspectos do passado colonial (latifúndio, monocultura e escravismo), via – graças à emergência do café – sua realidade econômica tornar-se mais dinâmica e gradualmente mais extratificada.

Tal fato nos permite assumir que o segmento da elite imperial, culto e cosmopolita, embora vinculada aos interesses da agricultura mercantil-escravista, pelo fortalecimento progressivo de seus laços com a camada burguesa e burocrática local que emergia (derivadas da ampliação de setores de serviços e de outras indústrias nascentes), se preparou para alguma espécie de renovação. Tais aspectos nos permite perceber que segmentos da elite se ajustaram periodicamente – com maior ou menor velocidade – às novas (ou modernas) exigências decorrentes das relações sociais de produção que se estabeleceram gradualmente ao longo do Império. Visto de hoje, tal processo poderia ser explicado pelo fenômeno da “circulação das elites” (PARETO *apud* RODRIGUES, 1984), porém não no sentido renovação de quadros, mas no de adaptação dos quadros.

Assim, todos se veem impelidos a aceitar que parte da elite imperial criou os meios para manter-se como classe dirigente política, mesmo diante da inevitável fragmentação da sociedade do consenso e do surgimento de uma ordem social competitiva, derivada da modernização das relações de mercado.

É importante destacar que essa constatação não pretende apresentar a existência de antagonismos entre os segmentos da elite imperial que, em verdade, mantinham uma relação simbiótica, uma espécie de unidade entre contrários, na qual, inclusive, reside a originalidade daquele momento histórico. Pelo contrário, aceita-se como premissa aquilo que afirma Fernando Novais, ou seja, que o caráter mercantil, baseado na acumulação primitiva do capital, desde a colonização brasileira, tornou-se, no período, absolutamente

consolidado (NOVAIS, 1979). Sendo assim, manter o tecido social interessava, mesmo que por motivos diferentes, a todos os grupamentos da classe dominante, que, portanto, e para tanto, se uniam.

Por fim, destaca-se a importância de avançar o presente debate, em termos das diferenças raciais e econômicas impostas por uma sociedade erguida pelo trabalho escravo no tocante a atual discussão sobre o desafio dos regimes democráticos como apresentadas por Levitsky e Ziblatt (2018, p. 218): “Poucas sociedades conseguiram ser multirraciais e genuinamente democráticas”.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. M. A propósito de rebelião e trabalho escravo. **Encontros com a civilização brasileira**, nº 5, 1978.

AQUINO, R. et al. **Sociedade brasileira**: uma história através dos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Record, 2006.

BENCHIMOL, J. **Pereira Passos**: Um Haussmann tropical. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1953.

CARDOSO DE MELLO, J.M. **O capitalismo tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense. 1982.

CARNEIRO, E. A Lei do Ventre-livre. **Afro-Ásia**, n. 13, 1980.

DIAS, M. O. A interiorização da metrópole (1808- 1853). In: MATA, C. G. (org.) 1822. **Dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala** – Formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal. São Paulo: Ed. Global, 2003.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 2003.

HARTUNG, J.; KNAPP, G.; SINHA, B. K. **Statistical Meta-Analysis with Applications**. Book Series: Wiley Series in Probability and Statistics. Published Online: 27 Aug 2008.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento do Brasil em 1872**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v1_br.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2022.

LESSA, C. **O Rio de todos os Brasis** (uma reflexão em busca de auto-estima). Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LUNA, F. V. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo (1759 – 1850)**. São Paulo: Ed. USP, 2005.

MATTOS, I. R. **O tempo saquarema**. Brasília: INL, 1987.

NOVAIS, F. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777- 1808)**. São Paulo: Hucitec.1979.

PIRES M. P.; COSTA, I.O capital escravista-mercantil: caracterização teórica e causas históricas de sua superação. **Estudos Avançado**,14 (38), 2000.

PRADO JÚNIOR. C. **Evolução política do Brasil** – Colônia e império. São Paulo, Brasiliense, 2008.

RODRIGUES, J.A (Org.). **Vilfredo Pareto**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1984.

SIMONSEN, R. **História econômica do Brasil**: 1500/1820. Brasília: Editora Nacional, 1977.

TARQUINIO DE SOUZA, O. **História dos fundadores do império do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1957.

TORRES, J. C. O. **Os construtores do Império**: ideais e lutas do Partido Conservador brasileiro. Brasília: Edições Câmara, 1968.